

PAÍS
POSSÍVEL

Mais acesso ao Ensino Superior



POR

**Maria de Lurdes
Rodrigues**

Professora universitária

Hoje, são várias as portas de entrada no Ensino Superior. A modalidade mais abrangente é o chamado Concurso Nacional de Acesso, para os mais jovens que seguem um percurso escolar contínuo. Terminado o Secundário e realizados os exames nacionais às disciplinas específicas, os jovens podem escolher o curso e a instituição de Ensino Superior que querem frequentar. Terminada a primeira fase de candidaturas, sabemos que, no próximo ano letivo, são cerca de 59 mil jovens os candidatos, por esta via, ao Ensino Superior. Um número um pouco superior ao de vagas aprovadas, mas inferior ao potencial existente. Isto é, há ainda muitos jovens que, terminado o Secundário, decidem fazer um caminho que não passa pelo Superior.

Existe uma outra possibili-

dade de acesso para jovens que terminam o Secundário com um curso profissional, através de concursos locais. Os institutos politécnicos desenvolveram, nos últimos anos, uma importante oferta formativa desenhada para percursos profissionalizantes, os CTeSP (Cursos Técnicos Superiores Profissionais), a que se pode aceder por provas ou exames realizados nas próprias instituições. Também as universidades têm vagas e regulamentos próprios que permitem o acesso dos alunos das vias profissionais.

Entre algumas outras modalidades de acesso ao Superior, existe ainda uma muito relevante, destinada aos adultos maiores de 23 anos. Também neste caso, os processos de candidatura exigem a realização de provas ou exames locais. Muitas instituições de ensino organizam cursos preparatórios ou de atualização para os adultos que pretendem candidatar-se por esta via. São, porém, relativamente poucos os candi-

datos que conseguem entrar.

O sistema de Ensino Superior em Portugal tem hoje dimensão, qualidade e diversidade que permite acolher todos e responder às mais variadas expectativas de formação dos candidatos, sejam eles jovens ou adultos. Porém, enfrenta muitos desafios. Há, na minha opinião, um que devia ter prioridade: o défice de qualificação dos adultos, em alguns casos adultos ainda jovens. São pessoas que, muitas vezes, não tiveram oportunidades ou condições para estudar na idade própria. Têm capacidades e motivação, faltam-lhes as condições para frequentar o Ensino Superior. Seria muito importante lançar um programa de bolsas, substitutivas dos rendimentos de trabalho, que envolvesse as entidades patronais, para criar condições efetivas para que os adultos pudessem escolher voltar a estudar. No início dos debates sobre o PRR, houve a vaga promessa de um programa deste tipo. Infelizmente, perdeu-se pelo caminho.

Terminada a primeira fase de candidaturas, sabemos que, no próximo ano letivo, são cerca de 59 mil jovens os candidatos, por esta via, ao Ensino Superior.